

**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS:** discursos presidenciais e marcas
linguísticas de oralidade: a aproximação com o povo brasileiro

Lívia Pelliciarí VERÍSSIMO
Vivian Pelliciarí VERÍSSIMO

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira.

Resumo: O discurso do senso comum diz que, para que exista harmonia nas conversas entre amigos, não se pode falar de futebol, religião e política. Levando em consideração a necessidade de participar ativamente na comunidade em que se insere, o sujeito deve conhecer as estratégias linguísticas empregadas para a construção dos discursos e constituir uma argumentação consistente e posicionar-se democraticamente. O *discurso político*, comumente, simula a fala espontânea, promove a interação entre os indivíduos e é utilizado, considerando a situação de comunicação em que se insere. Adequado a um público específico, repleto de persuasão, estabelece a aproximação entre falante e ouvinte, utiliza-se de recursos e marcas da oralidade, a fim de persuadir aquele que ouve, convencer e promover a confiança, implicando uma ação/reação entre os falantes. Assim, a compreensão dos recursos linguísticos utilizados na interação entre sujeitos torna-se fundamental para a distinção, o julgamento e a construção de sentido. Com base nestas perspectivas, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as estratégias da linguagem oral em *discursos políticos* e como se dá a aproximação do político, detentor de poder, com o povo brasileiro. A linguagem oral estabelece-se na relação entre os sujeitos, que pode ocorrer por meio formal ou informal, constituída em práticas sociais. Assim, nos estudos comunicativos e de interação verbal, podem ocorrer variações discursivas que caracterizam a diversidade da língua. A interação falante/ouvinte é realizada, levando-se em conta o contexto sócio-histórico em que se insere. Com base neste contexto, o *corpus* da presente pesquisa constitui-se de três discursos de Presidentes da República, observados por meio de teorias que vão dos aspectos linguísticos aos discursivos, passando pelas questões relativas às atividades conversacionais, de características e definições acerca da *fala* e da *oralidade*, presentes nos discursos, e ainda uma contextualização sócio-histórica, a respeito do surgimento e dos avanços da linguagem na modalidade oral. O referencial bibliográfico utilizado são as reflexões do círculo de Bakhtin (1997) sobre dialogismo e interação, de Marchuschi (2003) sobre *oralidade* e *fala* e também sobre a Análise da Conversação, de Brait (2001) sobre os estudos discursivos, de Charaudeau (2008) sobre o *discurso político*. Também, em Orlandi (2003), trata-se dos discursos *lúdico*, *autoritário* e *polêmico*, que fundamentam as análises dos *discursos políticos*, objeto de estudo da investigação. Com esta base teórica, analisa-se cada discurso presidencial, um de Fernando Henrique Cardoso, um de Luís Inácio Lula da Silva e outro de Dilma Rousseff, verificando as famílias temáticas presentes: a) *interação*; b) *repetição*; c) *autoridade*; d) *persuasão*; e) *recursos orais*, e f) *extensão*. A pesquisa, portanto, foca o funcionamento do *discurso político*, identificando elementos típicos da linguagem oral e da fala, como forma de interação, manipulação e prática social de sujeitos, utilizando-se da autoridade do poder para atingir a um único propósito, que é o voto.

Palavras-chave: discurso político. Oralidade, fala e interação. Prática social. Fernando Henrique Cardoso. Luís Inácio Lula da Silva. Dilma Rousseff.

Abstract: The discourse of common sense says that in order to have harmony in conversations among friends, they cannot talk about football, religion or politics. Considering the need to participate actively in the community in which it operates, the subject must know the linguistic strategies employed in the construction of discourses and constitute a consistent argument and position themselves democratically. The political discourse commonly simulates spontaneous speech, promotes interaction among individuals and is used, taking the situation of communication in which it operates into account. Appropriate to a specific audience, full of persuasion, it establishes the connection between speaker and the listener, it uses resources and marks of orality, to persuade the listener, convince and promote confidence, implying an action/reaction between the speakers. Thus, understanding the linguistic resources used in the interaction between individuals becomes crucial for the distinction, the judgment and the construction of meaning. Based on these perspectives, the aim of this study is to analyze the strategies of oral language in political discourse and how the politician, the power holder, approaches the Brazilian people. The oral language, which may occur through formal or informal means and is constituted in social practices, sets up the relationship between the subjects. Therefore, studies on communicative and verbal interaction, discursive variations that characterize the diversity of the tongue may occur. The interaction speaker/listener is carried out, taking the socio-historical context in which it operates into account. Based on this background, the corpus of this study consists of three speeches of presidents, observed by means of linguistic theories ranging from discursive aspects to matters related to conversational activities, of features and definitions about speech and orality in the speeches, and even the socio-historical context, about the rise and progress of language in the oral modality. The bibliographic references used are the reflections of the circle of Bakhtin (1997) on dialogism and interaction of Marchuschi (2003) on orality and speech and also on 'Análise da Conversação' of Brait (2001) on the discursive studies, Charaudeau (2008) on political speech. Also, in Orlandi (2003), these are the playful, authoritative and controversial speeches that underlie the analysis of political discourse, the study object of research. With this theoretical basis, we analyze each presidential speech, one of Fernando Henrique Cardoso, one of Luis Inacio Lula da Silva and the other of Dilma Rousseff, checking the thematic families present: *a) interaction; b) repetition; c) authority; d) persuasion; e) oral resources, and f) extension.* The research therefore focuses on the functioning of political discourse, identifying typical elements of oral language and speech, as a way of interaction, manipulation and social practice subject, using the authority of the power to achieve a single purpose, which is the vote.

Keywords: political discourse. Orality, speech and interaction. Social practice. Fernando Henrique Cardoso. Luís Inácio Lula da Silva. Dilma Rousseff.



Introdução

O *discurso político*, como gênero que veicula ideologias e possui uma história, torna-se político, considerando a situação de comunicação em que se insere. Trata-se de um *discurso autoritário*, adequado a um público específico, repleto de persuasão e induz aquele que ouve, principalmente com a intenção de convencer, implicando uma ação/reação entre os falantes. Assim, faz-se necessário o conhecimento dos efeitos de sentido e expressões que são produzidas nesta interação social, a fim de que cada sujeito consiga distinguir e julgar o que for relevante.

Em um contexto de avanços tecnológicos e como consequência a comunicação mais rápida entre as pessoas, o estudo sobre o funcionamento da língua como prática social, é relevante àqueles que se dedicam às pesquisas que envolvem língua e sociedade. A língua mantém as relações entre sujeitos que interagem e compartilham de um mesmo contexto sócio-histórico-político. A interação entre os indivíduos é fundamentada pela atividade discursiva, mediada pela linguagem, ou seja, da língua em funcionamento. A perspectiva fundamenta-se na filosofia da linguagem de origem bakhtiniana.

A *fala*, como atividade interacional é caracterizada como um ato individual, além de ser objeto da prática social estabelece a interação entre sujeitos para fins comunicativos. Ainda, a *oralidade*, além de prática social interativa, é vista como uma atividade planejada, se observados os estudos da Análise da Conversação.

Assim sendo, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as estratégias da linguagem oral em *discursos políticos* e como se dá a aproximação do político, detentor de poder, com o povo brasileiro.

Para tanto, obtivemos respaldo teórico baseado nas reflexões do círculo de Bakhtin (1997), sobre dialogismo e dos estudos sobre *interação*. Também

de Marchuschi (2004) sobre *oralidade, fala*, análise da conversação e o sociointeracionismo, de Brait (2001) sobre os estudos discursivos, de Charaudeau (2008) sobre o *discurso político*, entre outros.

Por meio dos estudos de Gregolin (2007), verificamos as mudanças teóricas que acompanham uma formação discursiva. Por fim, Orlandi (2003), a respeito da caracterização dos discursos *lúdico, autoritário e polêmico*, que fundamentam as análises dos discursos políticos.

Para a análise do *corpus*, foram escolhidos três discursos presidenciais, um de Fernando Henrique Cardoso, um de Luís Inácio Lula da Silva e outro de Dilma Rousseff, que representam a fala política governamental no país, nas eleições. Não foram consideradas as reconduções de Luís Inácio Lula da Silva.

O trabalho está estruturado em três partes. A primeira trata dos estudos discursivos e do *discurso político*. Bakhtin (1997) e o Círculo bakhtiniano, em estudos discursivos, consideram a linguagem em uma concepção dialógica em que o homem, em seu universo social, é determinado, por este princípio dialógico. Além disso, todo discurso depende de mais de um interlocutor, ou seja, de atores sociais, podendo ainda possuir relações com outros discursos. Analisamos, ainda, como o *discurso político*, além de persuasivo, apela à emoção e simula a razão, em busca de um voto.

A segunda parte é constituída de uma análise e reflexão acerca da *fala, oralidade* e da Análise Conversacional. A *fala*, sendo adquirida naturalmente, é considerada individual e caracterizada como o início da atividade interacional. A *oralidade*, por sua vez, pode ser considerada uma prática social em que o indivíduo se utiliza para comunicar. Nesta parte ainda, é feita uma contextualização sócio-histórico à respeito do surgimento e dos avanços da linguagem. Acerca da Análise da Conversação, tratamos sobre as condições de produção de uma conversação, em situações reais.

Por último, fazemos uma análise de três discursos políticos, objeto de investigação da presente pesquisa, com o intuito de verificar a presença de recursos da linguagem oral e a forma de interação e aproximação com o público, ou seja, verificando a utilização de termos típicos da oralidade e suas escolhas lexicais.



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

A fim de concretizar a análise acerca do processo interacional, nos discursos são analisadas as categorias, verificando a utilização de estratégias de repetição na construção da argumentação e fundamentação dos discursos, de forma a intensificar o que já fora dito; o emprego de recursos emotivos e reafirmação da condição do ser humano, em busca da ação do voto, e ainda a diferenciação da extensão que cada discurso se constitui.

A presente pesquisa se fundamenta no funcionamento do *discurso político* e identifica elementos típicos da linguagem oral e da *fala*, como forma de interação, manipulação e prática social. Dessa forma, a construção deste discurso, que é planejado, dinâmico e se adapta ao público, promove a aproximação e faz com que cada pessoa se torne parte dele.

1 As balizas dos estudos discursivos

O objetivo do presente capítulo é tratar sobre *discurso*, *discurso político*, de forma a estabelecer a base teórica que subsidiará a análise do corpus.

No final dos anos 60, surgiu a proposta de análise sobre as condições do discurso e dos processos discursivos, realizada por Michel Pêcheux. A análise se fundamenta no *discurso* como processo e questiona as condições de produção, utilizando-se da inferência de que o *discurso* é determinado pelo contexto histórico-social que o constitui.

Gregolin (2007) pontua que Pêcheux constituiu o *discurso* como um dado não empírico, diferente do enunciado e do texto, colocando o linguístico em articulação com a História, situando a análise do discurso em três domínios disciplinares: o linguístico, com Saussure; o histórico, com Marx; e o psicanalítico, com Freud.

Na Linguística, tendo como precursor, Saussure, retoma a ideia de sistemas da língua, centralizando a análise na semântica. E conforme Orlandi (2003), a Linguística, tendo como objeto próprio, a língua, procura inferir que a relação linguagem/pensamento/mundo não é uníssona, ou seja, possuem vários sentidos e várias interpretações, cada qual tem sua especificidade.

Marx, utilizando-se do materialismo histórico, pressupõe a junção da língua com a história, para produção de sentidos, levando em conta que o real da história não é transparente para o sujeito, sendo que este é subjugado pela ideologia. A junção trata da forma material do *discurso*, ou seja, da forma linguístico-histórica, tratada como o acontecimento da língua em um sujeito afetado pela história.

Na Psicanálise, com a contribuição de Freud, há o deslocamento do homem para a condição de sujeito ativo, constituindo uma relação com o simbólico.

Assim, conforme comenta Orlandi (2003), a língua possui uma ordem própria e introduz a noção de sujeito; o sujeito é descentrado, afetado pela língua e pelo real da história, não possuindo controle sobre como o afetam, e, ainda, a história é afetada pelo sentido simbólico.

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise (ORLANDI, 2003, p. 20).

Seguindo as regiões de conhecimento, Psicanálise, Linguística e Marxismo, a análise do discurso ultrapassa as fronteiras e constitui um novo objeto que afeta essas formas de conhecimento em sua totalidade e seu conjunto: o discurso.

Conforme Gregolin (2007) descreve, os estudos e as propostas de Pêcheux, que acompanharam as mudanças teóricas e políticas dos anos 80 e 90, aproximaram de outros fundadores, como Michel Foucault, o círculo bakhtiniano, dentre outros. De Foucault, provém a ideia de *discurso* como um conjunto de enunciados com a mesma formação discursiva. Bakhtin e seus discípulos, relacionam a ideia de heterogeneidade, dialogismo, da discursividade, em consonância com os traços sócio-históricos.

Bakhtin pode ser considerado o precursor nos estudos do discurso, além de considerar a linguagem em uma concepção dialógica, e também acredita que o ser humano e a vida, na sua forma social, são determinados pelo princípio dialógico. Dessa forma, segundo Barros (apud BRAIT, 1997), a concepção de



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

dialogismo, para Bakhtin, leva em conta: os aspectos da interação entre os interlocutores, que é o princípio formador da linguagem; a acepção do texto e o sentido das palavras, que dependem da interrelação de sujeitos; a intersubjetividade, que é precedente à subjetividade, pois a relação dos interlocutores se fundamenta na linguagem, dando sentido ao texto e construindo os próprios sujeitos e contextos formadores do texto, e as relações entre os sujeitos e destes com a sociedade.

Em contribuição aos estudos da comunicação e da interação verbal, Bakhtin (BRAIT apud BARROS, 1997) destaca que as variações linguísticas, funcional e discursiva levam à heterogeneidade ou à pluridiscursividade, que caracterizam os discursos, ou seja, são caracterizados pela diversidade de línguas, tipos e gêneros discursivos distintos; a interação entre os interlocutores expressa os conteúdos a serem abordados entre si que determinam a relação entre os mesmos, e o diálogo entre os discursos, caracterizados pela intertextualidade, interdiscursividade, polifonia, são efeitos de sentido utilizados em procedimentos discursivos para a constituição dos diálogos.

Com essas acepções, Bakhtin (BARROS apud BRAIT, 1997, p. 33) define dialogismo como o princípio que constitui a linguagem e o sentido de todo discurso:

[...] não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais. Não é individual porque se constrói como um “diálogo entre discursos”, ou seja, porque mantém relações com outros discursos.

Observa-se que as contribuições teóricas referentes aos processos discursivos visam compreender e interpretar um objeto simbólico, seja um enunciado, texto, discurso etc, que produz sentidos e significância para e por sujeitos, o que atualmente é objeto de estudos e análises dos princípios discursivos.

1.1 Discurso político visto na perspectiva dos estudos discursivos

O termo *discurso* representa uma prática de linguagem constantemente empregada entre os indivíduos, como forma de situar o homem em uma realidade natural e social na qual se insere. É a forma de manter o homem em contato com a sociedade em geral, estabelecendo interatividade e proximidade com quem se comunica.

Para Brandão (1999, p. 2), *discurso*

é toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora que se dá na interação entre falantes. O falante/ouvinte, escritor/leitor são seres situados num tempo histórico, num espaço geográfico; pertencem a uma comunidade, a um grupo e, por isso, carregam crenças, valores culturais, sociais, enfim, a ideologia do grupo, da comunidade de que fazem parte. Essas crenças, ideologias são veiculadas, isto é, aparecem nos discursos.

Constata-se que o *discurso* não é neutro, pois todo discurso produz sentido que expressa ideologia ou opinião. Algumas vezes, a opinião ou a ideologia não aparece de modo claro, o que obriga o leitor/ouvinte a realizar inferências, o que é comum, por exemplo, nos discursos políticos.

De acordo com Maingueneau (2001), os *discursos* se manifestam através de certas regras de organização que variam, de acordo com o grupo social ao qual se destina, como por exemplo, regras que regem um diálogo, uma argumentação; regras referentes ao plano do texto; regras relativas à extensão do enunciado etc.

Ainda conforme o estudioso, o *discurso*: é linear, proferido por um único enunciadador ou há interferência de outro indivíduo; é construído para uma determinada finalidade; desenvolve-se no tempo, podendo ser retomado ou mudar sua direção; é uma forma de ação, tratam-se de atos de fala sobre outra pessoa; é interativo entre dois enunciadadores; contextualizado etc.

Estudos relacionados à análise de discurso não relacionam a língua como um sistema abstrato, mas a língua no mundo, em que insere o homem enquanto sujeito de uma determinada sociedade. Dessa forma, a análise de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. “Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (ORLANDI, 2003, p. 16).



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

A prática discursiva trata da língua em funcionamento, com o objetivo de produzir sentidos e permitir a criação de unidades além da frase, ou seja, o texto. “O *discurso* é entendido como um conceito que não se confunde com o discurso empírico de um sujeito (*parole* saussureana), nem com o texto (o discurso não está na manifestação de seus encaixamentos [...])” (GREGOLIN, 2007, p. 12).

Bakhtin (apud BARROS, 2001, p. 33) afirma que *discurso* não é individual, porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que são seres sociais e também porque se constrói como um “diálogo entre discursos”.

Para que ocorra um *discurso*, é necessário pelo menos a presença de dois interlocutores: aquele que fala/escreve e aquele que escuta/lê. Os dois são seres sociais e mantêm relações com outros discursos.

Conforme Foucault (apud BRANDÃO, 1999, p. 28), “os discursos são como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade”. Para o filósofo, somente por meio de regras capazes de reger a formação dos discursos seria possível determinar os elementos que o compõe, tais como relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias, conferindo singularidade às formações discursivas e possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade, que é atingida pela análise e descrição dos enunciados de tais formações.

Assim, para Foucault, as “regras de formação” possibilitam determinar os elementos presentes nos discursos, como por exemplo,

os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num ‘espaço comum’ discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum (apud BRANDÃO, 1999, p. 28).

A formação discursiva trata-se de um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades e “regras de formação” que irá compor os diferentes discursos, estabelecendo, uma relação do enunciado com o referencial; a relação do enunciado com o sujeito a que se destina; à existência de um domínio ou um espaço associado ao enunciado, não existindo enunciado independente, estando sempre integrado em um jogo enunciativo, e à função enunciativa diferente em cada

enunciado. É, no processo discursivo, que se constitui o sentido, e é no e por meio do discurso que emergem as significações.

Os *discursos* podem ser separados em três tipos, conforme distingue Orlandi (2003): *discurso lúdico* é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total; *discurso autoritário*, que é aquele em que a reversibilidade tende a zero, e *discurso polêmico*, é aquele em que a reversibilidade se dá sobre certas condições e em que o objeto do discurso está presente, como por exemplo, o discurso político.

O *discurso político*, objeto de análise da presente investigação, geralmente é um texto argumentativo, repleto de persuasão, tendo como objetivo induzir aquele que ouve para uma determinada opinião. Para isso, é necessário que haja uma argumentação e que demonstre o conhecimento sobre o tema debatido, ou pelo menos, simule-o.

Nessa perspectiva, o *discurso político* é considerado como um *discurso polêmico e autoritário*. Orlandi (2003, p.155) define o *discurso polêmico* como aquele em que “a relação com a referência é respeitada: a verdade é disputada pelos interlocutores”. Para que o discurso ocorra, é necessário que um interlocutor fale, aponte suas ideias e opiniões e que outro interlocutor ouça e possa concordar ou não com as ideias apresentadas, podendo haver, ainda, *debates* entre os mesmos. Destaca-se também a forma de apresentação do *discurso* como forma de representação da voz de toda a população.

De acordo com Charaudeau (2008), o *discurso político* implica uma ação que é motivada pela linguagem, que a orienta e lhe dá sentido. Ou seja, o que torna um discurso em político é a situação de comunicação. Ainda, para o estudioso, “o político encontra-se de uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer a todos da pertinência do seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores” (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

Para isso, o político, geralmente, produz um discurso autoritário e claro, de forma que o público possa entender o que está sendo transmitido. Ainda adequar a fala, de acordo com o público a quem é destinado.



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

No *discurso político*, o locutor ultrapassa “o nível da convicção” e empenha-se em “atingir o nível da ação”, com o objetivo de levar o “público ouvinte a agir pelo voto” (CORACINI, 1991, p. 42-43).

Portanto, em se tratando de oralidade, o *discurso político* é um tipo de *discurso*, em que a fala é planejada e simula a fala espontânea, tentando promover a interação com um público determinado, utilizado em um contexto específico e com um sentido anteriormente estabelecido.

1.1.1 Ainda, sobre o discurso político...

O *discurso político* é um discurso autoritário, cuja reversibilidade tende a zero. É inquestionável e é tido como verdade. É persuasivo, pois apela à emoção, mas simula a razão em busca da recepção do voto do cidadão.

Possui regras de formação: estrutura, escolha lexical, conteúdo que interage com o outro, extensão, ato discursivo e forma de exposição.

Nos discursos políticos, o interlocutor interage com o público–alvo, com o local (espaço) e com o tempo (inserção na história). É relacionado à exterioridade e atende a uma atividade humana e pode ser estudado, a partir da filosofia da linguagem e dos preceitos do círculo bakhtiniano.

Ao fazer um discurso político, o enunciador expõe as suas propostas, argumenta sobre elas e faz com que o público concorde com ele. Para isso, muitas vezes, diz aquilo que o público quer ouvir e não o que realmente pensa.

Dessa forma, é necessário que o discurso seja argumentado e persuasivo para convencer aquele que ouve a concordar e apoiar as ideias que estão sendo apresentadas.

Charaudeau (2008) afirma que o *discurso político* tem como fundamento a sobreposição entre linguagem e ação. Ainda, segundo o estudioso, o *discurso político* funciona como uma ligação de ideias e de poder, pensamento e ação.

Pinto (2006, p. 92) define que:

A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória.

O *discurso político*, assim como todo discurso, é único, não se repete, porque atende a uma necessidade humana, em um determinado tempo e espaço.

Para a estudiosa, o discurso político tende a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos e explicitando sua luta pelo poder. Não poderia ser diferente, pois a explicitação de seu desejo de poder é o próprio discurso.

O político adequa o seu discurso ao tipo de público que pretende alcançar. Ele argumenta e expõe suas ideias de maneira clara, em busca daquilo que mais deseja, o voto que lhe garanta o poder.

2 Fala e oralidade

Neste capítulo, o objetivo é estabelecer uma base teórica dos conceitos de *fala* e *oralidade*, que sustentam a análise dos discursos políticos, objeto de reflexão da presente pesquisa.

A *fala*, para Marcuschi (2004, p. 18), “é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê”. É a língua em forma de sons sistematicamente articulados e significativos que a mãe transmite, para que a criança seja capaz de entender e interagir. Situa-se no plano da oralidade, como uma maneira de produzir um texto discursivo, na modalidade oral. Esse é o início da atividade interacional e que após será desenvolvida de forma espontânea.

A *fala* permite e se constitui, a partir de uma série de recursos expressivos, como por exemplo, os gestos, os movimentos do corpo, a mímica. A língua de sinais, por exemplo, constitui um tipo de fala, embora não possam ser



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

verificados os sons. Porém, há uma linguagem articulada e eficiente no processo comunicativo.

Complementando a definição de Marcuschi sobre a fala, Barros (apud PRETI, 2006, p. 61) ressalta que

A fala, em sua realização ideal, aparece, como uma conversação espontânea, construída coletivamente por falante e ouvinte, com alternância desses papéis, com efeitos de aproximação e simetria.[...] Na fala, portanto, o discurso é construído passo a passo pelos dois atores envolvidos.

A realização da fala se dá, em um mesmo espaço de forma natural, entre indivíduos, considerados interlocutores, que interagem e partilham de um mesmo contexto, podendo ser utilizadas diferentes estratégias de comunicação, ou seja, diferentes vocábulos, expressões, tipos de discursos etc, produzindo, dessa forma, efeitos de aproximação, subjetividade ou objetividade, cumplicidade e identidade entre os interlocutores.

A linguagem falada está em constante transformação, tendo em vista que apresenta variações, repetições, inferências de novos vocábulos etc, e ainda os indivíduos estão sempre em construção de um novo enunciado, em que o planejamento e a execução deste acontecem simultâneos.

Saussure (apud FIORIN, 2003, p. 14) considera que “a fala é um ato individual; resulta das combinações feitas pelo sujeito falante, utilizando o código da língua”. Com essa definição, Saussure aponta uma oposição entre a fala ser um ato individual ou social, visto que o falante utiliza-se do código da língua, presente em um contexto social, para exprimir um pensamento.

Cada indivíduo possui particularidades de usos referentes à fala, sendo que cada local ou região detém de singularidades de vocábulos, estilos de fala e dialetos, e cada país possui uma língua, de acordo com sua cultura, o que faz com que cada ato linguístico seja caracterizado como individual e singular, de acordo com o ambiente sociocultural, podendo ocorrer também a junção de vários destes aspectos, para criar novos dialetos e estilos de fala.

Por outro lado, quando se trata de *oralidade*, pode haver confusão com a fala cotidiana, ou seja, a fala informal. Porém, quando são realizados estudos

teóricos e metodológicos sobre a linguagem oral, encontram-se vários gêneros, como por exemplo, entrevistas, debates, discursos políticos, entre outros, os quais nos permitem diferenciá-los, entre formalidade e informalidade.

Marcuschi (2004, p. 25) define que a *oralidade* “seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso”.

A prática oral se estabelece em indivíduos que interagem socialmente, informal ou formalmente, estabelecidos, de acordo com o contexto em que se inserem.

Em contraposição, Ong (1982) afirma que “toda oralidade está destinada a produzir escrita, e que para a oralidade é determinante a forma como as palavras são expressadas para o entendimento das mesmas”.

Dessa forma, o estudioso estabelece uma complementariedade à teoria de Marcuschi, tratando a oralidade dependente da escrita e não apenas como uma interação comunicativa entre os povos, independentemente da língua escrita.

Na presente pesquisa, *fala* é a capacidade de emitir sons de uma determinada língua e o início da atividade interacional, sendo adquirida naturalmente e nas relações dialógicas que posteriormente auxiliam na interação social entre diferentes indivíduos em um determinado contexto. *Oralidade* é uma ação social que expressa todo o conhecimento já armazenado na memória entre indivíduos socialmente interligados, estabelecendo uma comunicação. *Oralidade* é vista como atividade planejada.

2.1 O lugar dos estudos orais

Antes do surgimento da escrita, os conhecimentos eram transmitidos através da oralidade, e em várias culturas, a identidade de um povo estava diretamente ligada à prática oral, ou seja, a oralidade é um fator cultural. Permite a construção de textos coesos e coerentes, a elaboração de pensamentos abstratos,



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

exposições formais e informais e variações estilísticas, enquanto prática social, inerente ao ser humano.

A linguagem é definida como a produção e entendimento da fala e evoluiu em paralelo com a evolução da espécie humana. Segundo Havelock (apud MARCUSCHI, 1995, p. 22), “o fato biológico – histórico é que o *homo sapiens* é uma espécie que usa o discurso oral, manufaturado pela boca, para se comunicar. Esta é a sua definição, um escritor ou um leitor. Seu uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos”.

Ou seja, a linguagem foi adquirida de modo evolutivo e foi se desenvolvendo e se aperfeiçoando ao longo dos anos, devido às necessidades que eram apresentadas na época.

Durante a Idade da Pedra, o homem sentiu a necessidade de se comunicar com o seu semelhante, mas ainda havia grandes dificuldades. Essa necessidade crescia cada vez mais, o que desencadeou a linguagem de sinais.

Os primeiros indícios de fala ocorreram quando os primatas tiveram que aprender a caçar em grupo e a fazer seus próprios instrumentos de caça. Havia a necessidade de ensinar os outros. A primeira linguagem humana foi mais gestual do que oral. Os gestos eram sempre acompanhados de gritos, o modo que encontraram para se comunicarem.

A linguagem foi se desenvolvendo a partir das necessidades de divisão do trabalho. Já a escrita surgiu a partir da necessidade de desenvolvimento da sociedade, mas, conforme declara Marcuschi (2004, p. 24), “a oralidade continua na moda. Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas”.

Passado um longo tempo, o homem foi capaz de criar palavras, frases, transmitir suas ideias. Foi assim que surgiu a língua escrita que, mais adiante, começou a ser desenhada nas cavernas. Aos poucos, o homem ia conectando os desenhos com as figuras que faziam e criando, assim, o código pelo qual se comunicavam.

Castilho (2004, p. 10) exemplifica que, na década de 1920, cerca de dois terços da população economicamente ativa concentrava-se na zona rural.

Quando essas famílias começaram a migrar para a zona urbana, elas levaram características do modo como falavam, o que provocou uma alteração da linguagem da zona urbana. Ainda segundo o estudioso,

é um fato inelutável que a incorporação de contingentes rurais alterou o perfil sócio – cultural do alunado de 1º e 2º graus. Nossas escolas deixaram de abrigar exclusivamente os alunos da classe média urbana [...] e passaram a incorporar filhos de pais iletrados, mas chegados às cidades e a elas mal adaptados (CASTILHO, 2004, p. 10).

A vinda das famílias da zona rural para a zona urbana fez com que uma sociedade oral tivesse uma ou mais variantes linguísticas, ou seja, alterou a linguagem das cidades. As escolas, que eram um privilégio apenas da classe média, passaram a atender os filhos dos pais que migraram para a zona urbana.

Conforme Gnerre (1991, p. 104), “o processo de passagem de uma sociedade de tradição exclusivamente oral para uma sociedade com uma ou mais variedades linguísticas escrita é um processo complexo que abrange a totalidade das relações sociais”.

O desenvolvimento da linguagem é algo complexo e acontece de modo gradativo e lento. O fato de a escrita ter tido grande avanço, não significa que a fala não tem mais importância. Graff (apud MARCUSCHI, 1995, p. 37) afirma que

a despeito das décadas nas quais os estudiosos vêm proclamando uma queda da difusão da cultura oral “tradicional”, a partir do advento da imprensa tipográfica móvel, continua igualmente possível e significativo situar o poder persistente de modos orais da comunicação.

Mesmo com os avanços da língua escrita, a oralidade ainda continua presente em vários aspectos de nossa vida pois, é característica da cultura de um povo. Trata-se de uma necessidade comunicativa e atende às atividades humanas.

Pode-se considerar que o lugar da oralidade, nos dias de hoje, encontra-se principalmente nos contextos do dia-a-dia e ainda no ensino da língua. A linguagem, conforme destaca Gnerre (1998, p. 51).

não é usada somente como meio de veicular informações [...]. As pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também

[Digite texto]



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos.

A língua oral está em constante desenvolvimento. Ela começou na Idade da Pedra e ainda continua em evolução. A *oralidade* é a maneira mais rápida de comunicação com as outras pessoas.

2.1.1 Análise da conversação

O objetivo deste item é apresentar as características e os conceitos da Análise da Conversação (AC) e a relevância com a interação entre os indivíduos em um determinado contexto social.

A análise da conversação (AC) estuda a interação verbal e não-verbal em situações reais, e procura descrever as formas de interações formais e informais, levando em conta o contexto social.

Na perspectiva de Marcuschi (2003, p. 5), a conversação é a prática social mais comum que utilizamos em nosso dia-a-dia, e constrói a identidade social em um contexto diversificado.

A AC iniciou-se na década de 1960, com a preocupação em descrever as estruturas e os modos organizadores da conversação, ou seja, todos os aspectos da ação e da interação social poderiam ser descritos, baseando-se na organização e na estrutura da conversação.

De acordo com Gumperz (apud MARCUSCHI, 2003), atualmente, a AC leva em conta os parâmetros dos conhecimentos linguísticos, paralinguísticos (tais como sons e ruídos) e sócio-culturais, devendo estar atrelados, para que a interação seja bem concretizada. Esta análise atinge processos cooperativos da atividade conversacional, e não apenas a análise de suas estruturas, passando, dessa forma, da organização para a interpretação.

Para ocorrer uma interação entre indivíduos, é necessário que os mesmos sejam capazes de fornecer informações válidas e acessíveis, para que o outro indivíduo possa interpretar, responder ou interromper a conversa.

A AC pode ser entendida como forma de responder às perguntas sobre como é possível entender as pessoas, em uma interação verbal, como sabem se estamos sendo entendidos ou como criam conflitos interacionais, ou seja, a conversação parte do princípio básico da interação humana. Podemos citar, por exemplo, a interação entre mães e filhos recém-nascidos, em que a mãe produz significados até mesmo para os silêncios ou sons que a criança produz e consegue entender.

Marcuschi (2003, p. 7) afirma que a AC:

parte de dados empíricos em situações reais. Daí não considerar como adequados os materiais de conversações extraídas de obras literárias, filmes, peças de teatro ou novelas de TV, por mais fiéis que pareçam, já que estas sempre serão construções reproduzindo nossa intuição da fala real.

A interação conversacional entre os indivíduos é feita de forma natural, construída e desenvolvida no desenrolar da conversa, podendo surgir novos temas (assuntos), interrupções ou discordância do que está sendo falado, mas sempre estará produzindo coordenadamente um discurso, que não segue um planejamento específico.

Para Dionísio (2001), as condições de produção de uma conversação é bem distinta em cada interação, ou seja, em uma situação de conversação artificial, como filmes, novelas etc., os interlocutores seguem um planejamento discursivo previamente elaborado. Em uma situação de conversação real, a interação é natural, formal ou informal, dependendo do contexto em que se inserem, podendo ser construída, adaptada e reformulada a cada novo jogo de linguagem. “Os interlocutores constroem conjuntamente a interação, caracterizando a conversação como uma atividade co-produtiva, tendo em vista que eles estão empenhados na produção do texto falado” (DIONÍSIO, 2001, p. 74).

Podemos dizer que a AC utiliza-se da interação social em um determinado tempo e contexto, coordenadamente, fazendo com que a atividade de fala esteja ligada à realização natural, local e real, considerando ainda fatores entonacionais, gestos e expressões, e não apenas recursos verbais, em que os



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

próprios interlocutores tenham conhecimentos comuns, e que haja a aceitação da interação pelo outro.

Marcuschi (2003, p. 15) afirma que a AC se constitui de cinco características básicas, sendo elas: “a interação entre dois falantes; a ocorrência de pelo menos uma troca de falantes; a presença de uma sequência de ações coordenadas; a execução numa identidade temporal e o envolvimento numa “interação centrada”.

A interação entre os interlocutores se faz fundamentalmente necessária para que a conversação seja realizada. Contudo, esta interação não precisa ser face a face, tendo em vista as conversações telefônicas, por exemplo, em que há interação entre duas pessoas que não estão precisamente em um mesmo espaço, mas compartilham do mesmo contexto em um mesmo tempo.

A presença de dois falantes também é característica relevante para evitar o monólogo, sermão etc, para que ocorra a interação entre eles. A troca de falantes, por sua vez, é organizada em turnos conversacionais, ou seja, cada interlocutor poderá incluir pausas, entonações, marcadores conversacionais, etc. em uma interação para o outro assumir sua posição.

Marcuschi (2003, p. 18) diz que:

[...] o turno pode ser tido como aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio”. A mudança de turno nem sempre ocorre com o término de uma frase, pois pode ocorrer a interferência da fala do outro, como falas simultâneas ou sobrepostas, ou ser requerida pelo próprio falante.

Conforme Dionísio (2001, p. 79), “um falante pode entregar o direito de fala a um outro por meio de sinais que deixem claro que ele terminou de falar ou por meio de um convite ao outro para falar”.

Cada indivíduo que inicia uma interação conversacional espera a reciprocidade da outra pessoa, para que a conversa ocorra e se desenvolva. Com isso, cada interlocutor terá sua hora de falar, responder, indagar ou discordar. Contudo, algumas vezes ocorrem inferências no momento da fala do outro, como simultaneidade, interrupções de falas etc, em que o outro *assalta* seu turno. Este turno se caracteriza, dessa forma, por ser o tempo em que cada indivíduo detém a

voz para falar e se manifestar, levando em conta a ocorrência da mudança de turno de forma normal, requerida pelo próprio falante, ou forçada, que são as inferências.

Quando dois ou mais indivíduos participam de uma conversação, eles estão coordenando conteúdos e ações, ou seja, os interlocutores fazem um esforço mútuo para construir sentido, isto é, para construir um texto coerente. O sucesso de uma interação face a face está, portanto, atrelado ao processo interacional estabelecido entre os participantes, uma vez que se envolvem e refletem esse envolvimento num esforço coletivo, buscando a construção de sentidos (DIONÍSIO, 2001, p. 90).

A relação entre os interlocutores apesar de mútua não precisa necessariamente ser de concordância, mas de coerência e compreensão. Ao iniciar uma conversa, supõe que o outro aceita o assunto proposto, e cada falante pode responder utilizando-se de marcadores conversacionais para alterar e informar ao outro falante sobre sua compreensão e seu envolvimento na conversa, ou a falta delas, criando uma sintonia entre os sujeitos da comunicação.

Conforme Dionísio (2001, p. 89), os marcadores conversacionais são elaborados pelos falantes, com o intuito de fornecer um tempo para a organização do pensamento, permanecer no turno, corrigir-se, reorganizar o discurso etc., e pelos ouvintes, que são produzidos durante o turno do falante, e servem para orientá-lo e monitorá-lo, por meio de sinais de convergência, indagação e divergência.

Os recursos utilizados como marcadores conversacionais podem ser dos tipos: *verbais*, como expressões estereotipadas, conjunto de palavras ou expressões não-lexicadas (“ahã”, “ué”), que não incluem novas informações, mas situam os interlocutores no contexto; recursos *não-verbais ou paralinguísticos*, como risos, gestos, mantendo o contato, e recursos *suprasegmentais ou prosódicos*, como pausas, tom de voz, que são de natureza não-verbal.

A “identidade temporal” é também outra característica importante na AC, tendo em vista que em uma conversação deve ocorrer durante um tempo específico, podendo não ser o mesmo espaço, mas partilhar do mesmo eixo e contexto temporal.

A “interação centrada” baseia-se na existência de um tema (assunto) e de um conteúdo em que duas pessoas se utilizam para iniciar ou permanecer em uma interação conversacional.



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Com as perspectivas apresentadas, pode-se constatar que a AC fundamenta-se especificamente na interação natural e real, observando o contexto social em que se insere, levando em conta os parâmetros dos conhecimentos linguísticos, paralinguísticos (tais como sons e ruídos) e sócio-culturais e a condição de que duas pessoas se manifestem para entrar em contato.

Os interlocutores devem utilizar, ainda, de recursos e informações para que todos sejam capazes de entendimento, utilizando, dessa forma, ações coordenadas, num mesmo eixo temporal, mesmo que em espaço diversificado. Assim, a conversação não se fundamenta em uma produção individual, mas conjunta em que dois indivíduos se interagem para uma determinada finalidade.

Com esta exposição, constata-se que a AC vai tratar dos processos conversacionais e interacionais espontâneos, ou seja, de forma natural, formal ou informal, entre os indivíduos que partilham de um contexto social comum. A *oralidade*, presente nos discursos, por exemplo, pode utilizar de falas planejadas que simulam as falas espontâneas, com a intenção de promover a interação, levando em conta os conceitos e as características da AC.

3 Análise dos discursos

Para rememorar, o objetivo da presente pesquisa é analisar as estratégias da linguagem oral em discursos políticos e como se dá a aproximação do político, detentor de poder, com o povo brasileiro. Selecionamos três discursos – um de Fernando Henrique Cardoso (2002), no Anexo C, outro de Luís Inácio Lula da Silva (2004), no Anexo A, e outro de Dilma Rousseff (2014), no Anexo B, pois são a representação da fala política governamental no país, nos últimos mandatos.

Com a finalidade de cumprir a proposta, foram estabelecidas seis categorias de análise do corpus:

3.1 A interação dos discursos com o público

O processo discursivo se realiza de forma interacional, sendo que, para se concretizar, é necessário o compartilhamento entre os interlocutores de um mesmo propósito e um mesmo contexto, fazendo com que um provoque a reação do outro. No *discurso político*, de um modo geral, algumas das estratégias utilizadas de interação são: a saudação, a escolha lexical e a relação entre sujeito, tempo e espaço, mais apropriadas a diferentes tipos de público.

Fernando Henrique Cardoso, em um discurso direcionado aos agentes políticos e aos profissionais de saúde, em comemoração ao avanço do *Programa Saúde da Família*, introduz o discurso, apresentando uma saudação com linguagem formal, estruturada, buscando a adesão de todo o público, para atingir todas as classes sociais, em um determinado tempo e espaço.

Senhor Presidente da Câmara; Deputado Aécio Neves; Senhor Ministro da Saúde; Barjas Negri; Senhores Ministros e Senhoras Ministras de Estado aqui presentes; Senhores Secretários de Estado [...] Senhores Agentes Comunitários de Saúde; Senhoras Agentes; Senhoras e Senhores.

A escolha lexical é adaptada ao público para o qual se destina, por este motivo, por se dirigir a políticos e funcionários, a escolha da linguagem formal contempla a todos nesse contexto, como:

Não se faria nada disso, se não fosse um corpo de funcionários, de médicos, de profissionais de saúde, aqueles que estão em Brasília, os que estão nos estados; e, sobretudo, se não houvesse a motivação para os médicos e para os agentes de saúde, e para os enfermeiros, os auxiliares que estão em campo trabalhando.

Nesse contexto, há predominância de um discurso artiloso e inteligente, o qual tangencia o assunto principal, mas não o aborda integralmente e, muitas vezes, há a fuga total do tema, com a intenção de uma ação política sobre o que está sendo dito ou se auto-promover, como se pode constatar em:

Quando se dá saúde nessa proporção, ou quando se dá ensino na proporção em que se está dando, ou quando se oferece terra como nós estamos oferecendo – mais de 20 milhões de hectares de terra – aos que não têm terra, nós estamos, efetivamente, fazendo o maior programa de inclusão social que já houve na história do Brasil.

O discurso de Luís Inácio Lula da Silva é direcionado às trabalhadoras, tanto as funcionárias políticas quanto as trabalhadoras rurais, em um encontro realizado no *Dia Internacional da Mulher*, a fim de expor a importância da mulher no



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

âmbito da reforma agrária e ressaltar o crescimento de incentivos à independência das mulheres trabalhadoras, principalmente as rurais. “[...] criamos a primeira grande novidade do Pronaf, que foi criar um crédito para a mulher trabalhadora rural não ficar dependendo do projeto do seu marido”.

Em sua saudação, utiliza-se do recurso informal, de forma a interagir com o público de forma afetiva: “Minhas queridas companheiras, não poderia acontecer comigo, no mesmo dia, duas coisas tão importantes com as que aconteceram hoje, no Dia Internacional da Mulher”.

O discurso se constitui por termos populares, criando aproximação com o público, como, por exemplo, o uso do pronome pessoal “vocês” e da 1ª pessoa do plural “nós”: “Portanto, eu quero dizer para vocês que nós vamos nos encontrar várias vezes”.

Ainda, aproxima o emprego do discurso religioso assemelhando o conteúdo temático com o universo feminino:

E, se Deus quiser, logo, logo, nós vamos ter uma agenda para visitar muitos assentamentos neste país, para poder conversar com vocês onde vocês vivem, onde vocês moram e, muitas vezes, onde vocês sofrem sem perder a esperança de que nós estamos muito próximos de conquistar e tornar realidade os sonhos que motivaram a vida de vocês.

Ocorre, dessa forma, a constituição de um contexto de aproximação com a vida pessoal de cada mulher, com a intenção de criar uma intimidade e afetividade com cada uma delas.

A estrutura é elaborada em descumprimento com a regência verbal e da norma padrão. Dessa forma, há interação de forma íntima, simulando a origem humilde: “A única coisa que peço é para vocês não perderem a certeza de uma coisa: eu me lembro cada compromisso que assumi na minha vida com o povo brasileiro”, e em: “Eu tenho a convicção que a trabalhadora brasileira e, sobretudo a trabalhadora rural, não reivindica nada impossível”.

Na relação entre sujeito e espaço, há o emprego de advérbios de lugar, “aí”, “aqui”, “lá”, que necessitam de esclarecimento físico ou presencial para produzirem o sentido esperado, por isso, discurso que simula a espontaneidade,

como por exemplo, “Se eu fosse mais alto, eu estaria vendo até as pessoas que estão aí atrás”.

Dilma Rousseff, cujo discurso irá abordar os feitos e as propostas do governo destinadas ao trabalhador de todo o país, incentiva, no *Dia do Trabalho*, a participação de cada um na reforma política, utiliza-se de linguagem informal, para se igualar a condição dos eleitores, a quem se dirige, ou seja, dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em sua saudação, enfoca os gêneros masculino e feminino, “Trabalhadores e Trabalhadoras”, a fim de integrar todos em uma única posição social, a de trabalhadores. “Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário”. E também traz a mulher para a cena política e social.

Em todo o discurso, há predominância de resumos dos projetos realizados ou que se pretende efetivar nas diversas áreas, que beneficiarão o trabalhador, mostrando, dessa forma, todo o empenho realizado, como por exemplo:

Acabo de assinar uma medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda, como estamos fazendo nos últimos anos, para favorecer aqueles que vivem da renda de seu trabalho [...] Assinei também um decreto que atualiza em 10% os valores do Bolsa Família [...].

Há, ainda, a presença de traços interacionais marcantes, como a repetição do pronome pessoal “vocês”, fornecendo, ao eleitor, a ideia de valorização pessoal e igualdade perante uma autoridade. “Nosso governo tem o signo da mudança e, junto com vocês, vamos continuar fazendo todas as mudanças que forem necessárias para melhorar a vida dos brasileiros, especialmente dos mais pobres e da classe média.”

3.2 O discurso e as estratégias de repetição

A estratégia de repetição, na construção do discurso, tem desempenho significativo na construção da argumentação, reafirmando, contrastando e contestando argumentos. São elementos da oralidade, com a finalidade de manter



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

uma relação e interpelação com o interlocutor. Está concretizada como elemento fundamental da língua falada, com a finalidade de persuadir seu(s) interlocutor(es).

No discurso de Fernando Henrique Cardoso, a presença dos elementos da repetição é caracterizada pela retomada do assunto abordado, mantendo a relação com o público, como se verifica na repetição do verbo *saber*: “mesmo que não se saiba, ou que os sabidos não saibam, nós, aqui, que sabemos o que está acontecendo, sabemos também o significado disso”. Além disso, o uso repetitivo da 1ª pessoa do plural *nós* evidencia a intencionalidade enfática de colocar todos os espectadores como integrantes do que está sendo dito, como em: “trata-se de uma tarefa à qual nós temos que nos dedicar como um compromisso biográfico, de cada um de nós, de vida, porque nós acreditamos que, efetivamente, chegou a hora de o Brasil ter mais justiça social”.

Luís Inácio Lula da Silva utiliza-se de repetições como recurso persuasivo e de interpelação com o interlocutor, além de manter uma relação de interpelação direta, principalmente pelo uso de “você”, durante todo o discurso, como por exemplo:

Eu quero dizer, portanto, dizer para *vocês* que *vocês* me deram – a mim e a Marisa – uma alegria extraordinária. Eu sei que *vocês* trouxeram uma pauta de reivindicação [...]. Eu sei que em algum lugar deste país eu já encontrei com muitas de *vocês*.

A repetição de termos, em seu discurso, é inserida como elemento típico da oralidade, de forma a intensificar o que já foi dito, e ainda a palavra repetida tem uma carga afetiva que contribui para a ênfase: “é uma tarefa muito difícil, difícil para nós e difícil até para o próprio movimento [...]”.

No discurso de Dilma Rousseff, o recurso de repetições orienta-se pela ênfase e proximidade dada aos interlocutores, com o emprego dos pronomes “vocês”, “nossos”. “Quero reafirmar, antes de tudo, que é com *vocês* e para *vocês* que estamos mudando o Brasil. *Vocês* que estão nas fábricas, nos campos [...]”.

Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador. Nosso governo será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho.

O emprego repetitivo da palavra *governo* é utilizado como forma de reafirmação, com efeito intensivo e persuasivo, de que o governo é feito por todos e para todos e fixar a mensagem de democratização.

O recurso de repetição utilizado, como em: “isso não vai nos inibir de apurar mais, denunciar mais e mostrar tudo à sociedade [...]”, a palavra repetida tem uma carga afetiva que contribui para intensificar e dar ênfase a respeito das realizações do governo, no âmbito da integralidade, ou seja, a ênfase se encontra em *denunciar mais*, a segunda palavra carrega a carga intensificadora sobre a primeira, *apurar mais*.

A expressão “Trabalhadores” e “Trabalhadoras” é empregado constantemente, a fim de promover a interação, a aproximação e, ainda, reafirmar a condição dos gêneros, cujo partido a que pertence defende.

3.3 A autoridade para a ação

De acordo com Charaudeau (2006), o *discurso político* possui dupla finalidade: a de convencer a todos sobre a pertinência do projeto político ao enunciador, ou seja, de fazer acreditar, por meio de uma argumentação; e a finalidade de levar o maior número de eleitores à ação do voto, por meio da persuasão.

Os discursos dos líderes políticos apresentam várias formas de compreensão e interpretação. Um *discurso político*, para a ação, é autoritário. Nos três discursos abordados, apresentam-se vinculados a outros discursos também autoritários, ou seja, Fernando Henrique Cardoso aborda um discurso acerca da Saúde; Luís Inácio Lula da Silva utiliza-se de elementos de um *discurso religioso*, e Dilma Rousseff aborda um discurso a respeito dos gêneros.

Fernando Henrique Cardoso, em todo seu discurso, tangencia o assunto principal, O Programa “Saúde da Família”, mas não o aborda de forma específica. Tenta comover sobre diversos outros assuntos para se auto promover e buscar a aprovação do público.

[Digite texto]



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Se não fosse essa democratização da sociedade, essa consciência que existe hoje da necessidade de estarmos juntos para resolver problemas fundamentais do País, não teria havido, na saúde, esse êxito que nós, hoje, podemos comemorar como concretos.

O recurso de comoção também é utilizado em seu discurso, no qual, em um segundo momento, expõe a visão geral e credulidade de um governo que a população poderia confiar, como está presente em:

Nunca olhamos para o partido do governante, sempre olhamos para o desempenho do governante. E, se o governante desempenha a favor do povo, não faltou, nunca, a tentativa, pelo menos, de recurso e, certamente, o apoio do Governo Federal. [...] trata-se de uma tarefa à qual nós temos que nos dedicar como um compromisso biográfico, de cada um de nós, de vida, porque nós acreditamos que, efetivamente, chegou a hora de o Brasil ter mais justiça social.

Luís Inácio Lula da Silva, em seu discurso popularesco¹, utiliza-se da afetividade, para ganhar a confiança do público:

Algumas de vocês nós conhecemos de vários lugares deste Brasil, das Caravanas da Cidadania – desde 1992, 10993 – no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás. Eu sei que em algum lugar deste país eu já encontrei com muitas de vocês.

Evocou, também, o *discurso religioso*, com a utilização da expressão “E se Deus quiser”, para aproximar e fazer com que as pessoas se sensibilizem, persuadindo o espectador para o voto, alinhando *discurso político* e *discurso religioso*, que também é autoritário, conforme dito anteriormente.

No discurso de Dilma Rousseff, há a supervalorização da condição de trabalhadores, principalmente das mulheres, em que assume a promessa de progressão dos benefícios e de igualdade entre os gêneros. Dessa forma, tenta convencer o público e garantir seu voto, dando ênfase às conquistas realizadas por seu governo: “Meu governo também será sempre o governo do crescimento com estabilidade, do controle rigoroso da inflação e da administração correta de contas públicas”.

¹ Popularesco: simula-se um discurso popular, de estilo popular, permeado de interesses financeiros e econômicos. (EDEA BOSI, *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*).

E ainda, podemos observar a persuasão empregada para sensibilizar o espectador, assegurando confiança com aquilo que se diz e faz, mantendo uma relação de otimismo e adquirindo, dessa forma, mais adeptos ao seu governo, “Quero garantir a você, trabalhadora, e a você, trabalhador, que nossa luta pelas mudanças continua, nada vai nos imobilizar”.

3.4 A persuasão que simula a razão

Como já estudamos anteriormente, o *discurso político* é um texto persuasivo, que visa induzir aquele que ouve a uma certa opinião. É um recurso utilizado, muito comum, pelos políticos, para fazer com que o público acredite e concorde com aquilo que está sendo falado.

No discurso de Fernando Henrique Cardoso, constata-se a persuasão que simula a razão:

Os resultados estão aí: 50 milhões de pessoas atendidas, uma grande mobilização daqueles que trabalham diretamente. A sensibilidade que foi expressa, aqui, tão brilhantemente, pela “Dona”, como disse o paciente, que disse uma coisa muito importante a ela: “É preciso aprender a ser paciente o médico”. A ser paciente no duplo sentido; a ter paciência e, também, saber o que é ser paciente, esperar tanto tempo, mas conseguir.

Observamos que Fernando Henrique Cardoso tenta mostrar e convencer o público de que o *Programa Saúde da Família* é uma conquista para a população em geral, que funciona bem, que já atendeu milhões de pessoas. Dessa forma, tenta, de modo persuasivo, convencer seu ponto de vista.

No discurso feito por Luís Inácio Lula da Silva, a persuasão pode ser notada no trecho:

E, quando eu digo uma reforma agrária mais profunda e mais responsável, é porque nós estabelecemos que reforma agrária não é apenas dar um pedacinho de terra para as pessoas, muito longe, e abandonar as pessoas a sua própria sorte.

Lula tematiza juntos aos trabalhadores, sobre a reforma agrária, o modo como ele pensa que deve ser e faz com que os trabalhadores acreditem que essa também é a melhor maneira que deve funcionar a reforma agrária. Lula utiliza de uma linguagem informal para chegar mais próximo do público. Emprega “pedacinho de terra”, abandonar as pessoas” para aproximar do público a quem fala.

[Digite texto]



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Também no discurso de Dilma Rousseff, constata-se elementos persuasivos:

Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário-mínimo, que tantos benefícios vem trazendo para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A valorização do salário-mínimo tem sido um instrumento efetivo para a diminuição da desigualdade e para o resgate da grande dívida social que ainda temos com os nossos trabalhadores mais pobres.

A inferência que se pode fazer é a de que a intenção de Dilma Rousseff é que o povo acredite em seu trabalho, e continue apoiando-a. Para isso, utiliza da persuasão, ou seja, o modo como ela discursa tem o simples objetivo de sensibilizar aqueles que a ouvem e os motivam a votar nela.

3.5 O emprego de recursos orais

O uso de recursos orais está presente em todos os discursos políticos. É uma maneira de aproximação com o povo, como uma forma de persuadir.

Nos três discursos escolhidos, nota-se que os políticos utilizam de elementos linguísticos comuns da oralidade, como por exemplo: lá, aqui, atrás, vocês etc. Também há a presença da ambiguidade, de pronomes, de formas comumente orais. Tudo para aproximação com o público-alvo.

O que pode ser observado, também, é que no discurso de Fernando Henrique Cardoso, há uma presença menos acentuada desses recursos orais, utiliza uma linguagem mais formal, já que o seu público-alvo são outros políticos. Porém, podemos observar a presença de próclise, advérbios de lugar, para aproximar das diferentes regiões do Brasil, a utilização da 1ª pessoa do plural como um modo de aproximação:

Eu assisti, diretamente, ao funcionamento desse programa. O Doutor Jatene há de se lembrar de que nós estivemos em Natal, estivemos em Touros, lá no Rio Grande do Norte. Estive em Iracema, o Ceará, entrei em mais de uma casa, gente muito humilde que era atendida por agentes de saúde. Estive em Monteiro.

Nos discursos de Lula e Dilma, a presença de recursos orais é mais significativa. A todo o momento, são utilizadas palavras como *lá*, *vocês*, *aqui*, bem como a presença da ambiguidade, repetição, pronomes, advérbios. Ambos utilizam uma linguagem mais informal, adequando-a aos públicos a quem estão falando, tendo como intenção conquistar sua confiança. No trecho seguinte, retirado do discurso de Luís Inácio Lula da Silva, nota-se o uso de pronomes, como modo de aproximação:

Eu gostaria de terminar e dizer para vocês o seguinte: eu não sei, na história deste Palácio, quantas vezes trabalhadoras rurais entraram aqui dentro. Não sei quantas vezes. O dado concreto é que, muitas vezes no Brasil, gente honesta e trabalhadora teve dificuldade de entrar nas salas dos governantes. E, muitas vezes, outro tipo de gente conseguiu entrar com muita facilidade. Isso é histórico e é cultural, no nosso país.

No discurso de Dilma Rousseff, observa-se a presença dos pronomes com a mesma intenção de Lula:

Trabalhadores e trabalhadoras, vocês lembram dos pactos que nós firmamos, após as manifestações de junho. Eles já produziram muitos resultados. Precisamos ampliá-los muito mais. O pacto pela educação, por exemplo, gerou a lei que permitirá que a maior parte dos royalties e dos recursos do pré-sal seja aplicada na educação. Isso vai melhorar o salário dos professores e revolucionar a qualidade do nosso ensino.

3.6 Extensão dos discursos

A extensão dos discursos políticos selecionados variou. É dependente do público a quem é destinado e também do tema que será debatido.

O discurso de Fernando Henrique Cardoso é o mais longo, possui oito páginas. Como já vimos, esse discurso é mais formal, dirigido a um público que são outros políticos. Para que os outros políticos concordem e aceitem o que ele diz, o ex-presidente precisava argumentar e persuadir mais, com a intenção de fazer com que os políticos o apoiassem em suas decisões e em seu governo.

O discurso de Luís Inácio Lula da Silva é menos extenso que o de Fernando Henrique Cardoso, mas é maior que o de Dilma Rousseff, possui cinco páginas. Lula tenta persuadir as trabalhadoras rurais, *no Dia Internacional da*



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

Mulher, no ano de 2004. Usa uma linguagem mais informal, com exemplos voltados para o senso comum, mas precisa convencê-las a respeito de suas propostas:

Vocês, companheiras, que lutam a vida inteira, eu duvido que exista no planeta Terra gente que tenha mais paciência do que mulher. Mulher tem paciência porque sente a dor do parto. E, depois da dor do parto, a mulher tem que cuidar da criança. E, às vezes, ela percebe que a dor do parto dói menos do que, às vezes, cuidar do filho sem as condições financeiras necessárias, tendo que formar essa criança corretamente.

O discurso de Dilma tem três páginas. No discurso, que é dirigido aos trabalhadores, no *Dia do Trabalhador*, tenta de forma breve e clara apresentar suas ideias. Por isso, utiliza uma linguagem mais informal, para que todos possam entendê-la e para que sua mensagem possa chegar a todos os que a ouvem:

Foi assim que encaminhei ao Congresso Nacional uma proposta de consulta popular para que o povo brasileiro possa debater e participar ativamente da reforma política. Sempre estive convencida que sem a participação popular não teremos a reforma política que o Brasil exige. Por isso, além da ajuda do Congresso e do Judiciário, preciso do apoio de cada um de vocês, trabalhador e trabalhadora. Temos o principal: coragem e vontade política. E temos um lado: o lado do povo. E quem está ao lado do povo pode até perder algumas batalhas, mas sabe que no final colherá a vitória.

Dilma tenta se igualar a condição daquele que ouve o seu discurso, por isso, ela adequa o mesmo para que possa ser melhor entendido. Cria uma aproximação do povo, pois é um partido que prega isso. Já Fernando Henrique Cardoso possui um público mais formal, o que requer que o político fale mais e argumente mais, logo, seu discurso será mais extenso. Lula dirige-se às trabalhadoras rurais, no *Dia Internacional da Mulher*, um público menos formal, o qual requer uma informalidade menor, o que faz com que seu discurso não seja tão longo. O mesmo ocorre com Dilma Rousseff. O discurso é dedicado aos trabalhadores, e assim como Lula, não requer um grau maior de formalidade.

Portanto, conclui-se que a extensão do discurso depende tanto do tema a ser abordado quanto do público a que é destinado. Se é um discurso mais formal, conseqüentemente, será mais extenso. Se for um discurso menos formal, será menos extenso.

Conclusão

Retomando o objetivo da presente pesquisa, que é analisar as estratégias da linguagem oral em discursos políticos e como se dá a aproximação do político, detentor de poder, com o povo brasileiro, é possível apresentar as seguintes considerações.

O *discurso político* possui a presença de recursos lexicais, como por exemplo, o emprego de advérbios de tempo e espaço, que configuram os dêiticos e, portanto, estão ancorados no contexto, o emprego de pronomes pessoais de 1ª pessoa de singular e plural, que visam, primeiramente, a aproximar o falante do público a quem se destina o discurso.

Nos discursos analisados, constatamos a presença de advérbios de lugar e espaço que precisam de esclarecimento físico, para produzirem sentido, como “lá”, “atrás”, que é uma forma de tornar o orador próximo do espectador, ou seja, um discurso popular, que possa ser entendido por qualquer pessoa.

O emprego de pronomes pessoais de 1ª pessoa do singular e plural, como “nós”, “eu” “nosso”, tem como finalidade a aproximação com o público-alvo. O enunciador faz com que o ouvinte se sinta incluído, cuja intenção é sensibilizar o cidadão e, desse modo, conseguir o voto.

O *discurso político* é um texto persuasivo, que tem como intuito cativar aquele que ouve a uma certa opinião. Ao utilizar esse recurso, o político quer mostrar, convencer e sensibilizar o público de que tal assunto é um grande avanço ou melhora que o mesmo proporcionou ao país. Quer mostrar ao público como o seu governo fez avanços ou como suas ideias podem ser úteis para a melhora do país. Também procura causar a emoção ou a razão no ouvinte.

O *discurso político* é um discurso autoritário, sem direito à resposta. É inquestionável e tido como uma verdade. O político produz um discurso de forma clara, repleto de persuasão, de forma que público-alvo que possa entender o que está sendo falado.



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

O *discurso político* é um discurso em que a fala é planejada e simula a fala espontânea, tentando, dessa forma, promover a interação com determinado público, utilizado em um contexto específico e com um sentido estabelecido. O uso de recursos da oralidade nos *discursos políticos* tem como finalidade aproximar-se do público, tornar o discurso popular.

Também observamos que todo discurso é adequado a um tipo de público. Se o político for discursar para outras autoridades, ele adequará o seu discurso e, conseqüentemente, será mais formal, com pouca presença de recursos orais. Se o discurso tiver como público-alvo, a população em geral, o político utilizará de um discurso mais informal, mais popularesco, repleto de marcas da oralidade, como forma de aproximação.

Para conseguir aquilo que mais quer, o poder e o voto, o político tem que utilizar a interpelação direta ao ouvinte, ou seja, ele tem que fazer com que aquele que ouve, sintam-se exclusivos, únicos e especiais, por isso, acolhidos.

Dessa forma, ele utiliza todos os recursos para que ocorra a aproximação com o cidadão, utiliza as marcas de oralidade, o uso de advérbios, a persuasão, adequa o seu discurso ao público-alvo. Ele procura argumentar e expor suas ideias de maneira clara, em busca daquilo que mais deseja, o poder.

Portanto, o *discurso político* é um texto totalmente persuasivo, repleto de oralidade que busca a espontaneidade, que tem como objetivo convencer o público-alvo a apoiar o político, e convencer aquele de que esse político é melhor e fez mais avanços do que o outro. É um texto único, assim como outros discursos, que não se repete e que atende a uma necessidade humana. Todo *discurso* tem uma intenção. Nem sempre essa intenção aparece de maneira clara. Muitas vezes, é necessário “ler entrelinhas”, para constatar as intenções.

A aproximação do político com o povo brasileiro ocorre, portanto, através dos recursos analisados: as marcas de oralidade, o emprego de advérbios, de pronomes, a persuasão, a comoção, a adequação ao público, com o simples objetivo de aproximar o discurso do público-alvo, a fim de conseguir o apoio e a confiança do cidadão brasileiro.

Referências

ARAÚJO, Henrique. *O surgimento da língua entre os homens*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-surgimento-da-lingua-entre-os-homens/32535/>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 27-35.

BIBLIOTECA da Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com trabalhadoras rurais*. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/08-03-2004%20Discurso%20do%20Presidente%20da%20Republica%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva%20no%20encontro%20com%20trabalhadoras%20rurais.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2014.

_____. *Discurso na cerimônia de comemoração da marca de 50 milhões de brasileiros atendidos pelo "Programa Saúde da Família*. Disponível em :< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2002-1o-semester/70.pdf/download>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BOSI, Eclea. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: UNICAMP, [s.d.], p. 15-41.

CASTILHO, Ataliba Texeira de. *A língua falada no ensino de português*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 166-179.



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

DIONISIO, Ângela Paiva. Análise da conversação. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2.

DUARTE, Raimunda Dias. O “fazer” em discursos políticos: uma abordagem funcional. Disponível em: <http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/54sd_duarte_1082a1102.pdf> Acesso em: 20 ago. 2014.

GNERRE, Ayrton Becalle. Linguagem, escrita e poder. In: _____. *Da oralidade para a escrita: o processo de “redução da linguagem”*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 101-107.

GRAFF, Harvey. In: MARCUSCHI, Luis Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. *Análise do discurso*. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 5-19.

HARVELOCK, Eric. In: MARCUSCHI, Luis Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-57.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Oralidade e Letramento. In: _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 15-43.

_____. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Análise de discurso*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise de discurso político*. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 10 set. 2014.

PRESIDENTE falou em comemoração do Dia do Trabalhador. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/confira-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-12350847>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

PRETI, Dino (Org.). Efeitos de oralidade no texto escrito. In: _____. *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 57 – 84.



VERÍSSIMO, L.P.; VERÍSSIMO, V.P.; OLIVEIRA, S.F.P.

SHIMODA, Carolina. *A escrita e a manutenção da narrativa oral na sociedade*. Disponível em: < http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=39>. Acesso em: 11 ago. 2014.

VERLI, Lorena; RATIER, Rodrigo. *Oralidade: a fala que se ensina*. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/fala-se-ensina-423559.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

[Digite texto]



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

ANEXO A

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com trabalhadoras rurais.

Palácio do Planalto, 08 de março de 2004.

Se eu fosse mais alto, eu estaria vendo até as pessoas que estão aí atrás. Minhas queridas companheiras, não poderia acontecer comigo, no mesmo dia, duas coisas tão importantes com as que aconteceram hoje, no Dia Internacional da Mulher.

Nós estávamos, na sexta-feira, discutindo a necessidade de fazermos uma reunião com algumas mulheres do Brasil, para que pudéssemos comemorar o Dia Internacional da Mulher, que é hoje, dia 08 de março. E surgiu a idéia de que nós fizéssemos um encontro aqui, com todas as funcionárias do Palácio do Planalto que, muitas vezes, trabalham numa sala do lado da gente, ou numa sala abaixo da sala em que trabalhamos, e a gente passa quatro anos aqui e vai embora, e não vê as pessoas que aqui trabalham.

E hoje foi um dia importante, porque permitiu que, num único dia, nós tivéssemos contatos com todas as mulheres que trabalham aqui, no Palácio do Planalto. E são muitas mulheres, que passamos o ano sem ver.

A segunda coisa é terminar o dia numa reunião com as trabalhadoras rurais brasileiras. Algumas de vocês nós conhecemos de vários lugares deste Brasil, das Caravanas da Cidadania – desde 1992, 1993 – no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás.

Eu sei que em algum lugar deste país eu já encontrei com muitas de vocês. Muitas delas com a presença da Marisa, que me acompanha nessa marcha há 30 anos. Eu não sei se sou eu que sou um bom marido, ou se é a Marisa que é uma boa mulher, porque ficar juntos 30 anos, neste Brasil, não é uma coisa boa. Como eu acho que nós somos muito humildes, acho que eu e ela nos merecemos. É por isso que nós estamos juntos há tanto tempo.

Quero apresentar a vocês uma companheira que foi recém-eleita para cuidar das mulheres brasileiras, cuidar da questão de gênero, que é a companheira Nilcéa Freire, que hoje teve um contato com vocês, e me parece que ontem, sexta-feira, também visitou vocês.

Quero apresentar também o companheiro Miguel Rossetto, que vocês conhecem. Gaúcho de boa cepa, um companheiro que tem a incumbência de fazer a mais profunda, a mais séria e a mais responsável reforma agrária que já foi feita na História do nosso país.

E, quando eu digo uma reforma agrária mais profunda e mais responsável, é porque nós estabelecemos que reforma agrária não é apenas dar um pedacinho de terra para as pessoas, muito longe, e abandonar as pessoas à sua própria sorte.

Vocês, que lutam há muitos anos, sabem que a reforma agrária só vai vencer no dia que a gente puder provar que o homem ou a mulher que estiver assentado vai ter não apenas condições de trabalhar a sua terra, porque vai ter crédito e assistência técnica. Vamos segurar as pessoas trabalhando felizes no campo na hora que garantirmos que outros benefícios cheguem ao campo, como educação de boa qualidade para as nossas crianças; como saúde para os nossos filhos, para as nossas mulheres e para os nossos homens; como condições de garantir os preços dos produtos que as pessoas produzam, para que as pessoas possam sobreviver a partir do resultado do seu trabalho.

Coube ao companheiro Miguel Rossetto colocar essa tarefa em prática. E ele sabe que não é uma tarefa fácil, é uma tarefa muito difícil, difícil para nós e difícil até para o próprio movimento, porque é quase um processo de educação coletiva que nós temos que fazer no nosso querido Brasil. Nós não queremos mais que nenhuma pessoa seja assentada e, depois de alguns anos, não tenha recebido nenhum crédito, não tenha recebido assistência técnica, não tenha passado por lá nenhum médico, não tenha passado por lá nada que possa ajudar.



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

E eu não sei se vocês repararam que, no ano passado, além de liberarmos mais dinheiro para o Pronaf, criamos a primeira grande novidade do Pronaf, que foi criar um crédito para a mulher trabalhadora rural não ficar dependendo do projeto do seu marido. O marido pode ter a sua plantação, pode ir no Banco do Brasil e pegar o seu dinheiro; mas se a mulher quiser, ela própria, ter um outro projeto, pode apresentar esse projeto e conseguir um empréstimo, separado, do empréstimo que o marido fez no Banco do Brasil. E mais ainda, o importante é que, pela primeira vez, Requião, nós beneficiamos o companheiro jovem trabalhador rural. Se além do homem e da mulher pegarem o crédito, eles tiverem um filho de 18, 19 anos que queira trabalhar no campo, ele pode também ir ao Banco do Brasil e ter acesso ao dinheiro do Pronaf, independentemente do dinheiro do pai e da mãe. Ou seja, nós temos a boa felicidade de poder garantir que, numa mesma família, possa ter três projetos com créditos financiados pelo Pronaf. Essa é uma experiência que, eu espero, neste ano seja infinitamente melhor.

Eu também quero dizer para vocês que é uma alegria estar aqui com o nosso governador do estado do Paraná, o companheiro Requião, um companheiro que tem sido solidário na luta dos trabalhadores rurais desse País; com o nosso companheiro Jaques Wagner, que era ministro do Trabalho, e agora é o secretário responsável pela funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; além de outros companheiros que estão por aqui.

Eu quero, portanto, dizer para vocês que vocês me deram – à mim e a Marisa – uma alegria extraordinária. Eu sei que vocês trouxeram uma pauta de reivindicação; essa pauta já foi entregue a vários ministros com quem vocês conversaram e, podem ficar certas que logo, logo, vocês estarão, através da direção de vocês, sendo chamadas a Brasília para discutirmos ponto por ponto.

Eu tenho a convicção que a trabalhadora brasileira e, sobretudo a trabalhadora rural, não reivindica nada impossível. Mas reivindicar melhor educação é uma coisa necessária e todo mundo tem que reivindicar; assistência técnica é uma coisa que todo mundo tem que reivindicar; terra para trabalhar e reforma agrária são coisas que todos que querem trabalhar no campo têm que reivindicar. Portanto, não haverá nenhuma dificuldade em, daqui a pouco tempo, quem sabe em menos de 10 dias ou 15 dias, o nosso Governo chamar as lideranças aqui, e dizer item por item aquilo que nós poderemos atender imediatamente, aquilo que nós poderemos atender no médio prazo e aquilo que vamos ter mais dificuldade de atender.

Eu gostaria de terminar e dizer para vocês o seguinte: eu não sei, na história deste Palácio, quantas vezes trabalhadoras rurais entraram aqui dentro. Não sei quantas vezes. O dado concreto é que, muitas vezes no Brasil, gente honesta e trabalhadora teve dificuldade de entrar nas salas dos governantes. E, muitas vezes, outro tipo de gente conseguiu entrar com muita facilidade. Isso é histórico e é cultural, no nosso país.

A presença de vocês, aqui, é a demonstração de que as coisas mudaram, pelas bandas do Brasil. As coisas mudaram, e vão mudar cada vez mais.

Vocês, companheiras, que lutam a vida inteira, eu duvido que exista no planeta Terra gente que tenha mais paciência do que mulher. Mulher tem paciência porque sente a dor do parto. E, depois da dor do parto, a mulher tem que cuidar da criança. E, às vezes, ela percebe que a dor do parto dói menos do que, às vezes, cuidar do filho sem as condições financeiras necessárias, tendo que formar essa criança corretamente.

Muitas de vocês estão na luta há 20 anos ou há 30 anos. Algumas, começaram na luta na mesma época que eu comecei. E nós estamos no Governo há 13 meses. A única coisa que eu peço é para vocês não perderem a certeza de uma coisa: eu me lembro cada compromisso que assumi na minha vida com o povo brasileiro. E, sobretudo, eu me lembro de cada compromisso que assumi em cada caravana que eu fiz, com mulheres e homens deste país. E pretendo cumpri-las. Pretendo realizá-las, porque não é apenas uma reivindicação, é um compromisso de vida.

E este compromisso de vida vai ser feito. Muitas vezes, nunca é feito no tempo que a gente quer e com a rapidez que a gente precisa. Mas podem ficar certos que será feito porque é determinação da minha consciência e dos meus compromissos de vida fazer com que o povo trabalhador possa melhorar neste país. E fazer as coisas com tranquilidade e no tempo certo, porque se a gente der um passo errado, vocês sabem que não falta, neste país, quem queira ver a gente não dar certo.

E eu digo sempre: eu não tenho o direito de errar. Não por mim, que sou um ser humano comum, pois qualquer ser humano pode errar. Eu digo que não posso errar porque, se eu



VERÍSSIMO, L.P.; VERÍSSIMO, V.P.; OLIVEIRA, S.F.P.

errar, será um fracasso da classe trabalhadora deste país, será um fracasso das trabalhadoras deste país, será um fracasso dos trabalhadores rurais.

Portanto, eu quero dizer para vocês que nós vamos nos encontrar muitas vezes. Eu tenho pedido para o Miguel Rossetto que ele tem que organizar, para mim, a visita a um assentamento bem-sucedido, a visita a um assentamento que ainda não deu certo, a visita a um assentamento onde as pessoas já estão produzindo, e a visita a um assentamento onde as pessoas não estão produzindo, que é para a gente aprender com aqueles que estão fazendo certo para ensinar àqueles que ainda não estão fazendo certo.

E, se Deus quiser, logo, logo, nós vamos ter uma agenda para visitar muitos assentamentos neste país, para poder conversar com vocês onde vocês vivem, onde vocês moram e, muitas vezes, onde vocês sofrem sem perder a esperança de que nós estamos muito próximos de conquistar e tornar realidade os sonhos que motivaram a vida de vocês.

Muito obrigado. Meus parabéns. E viva as mulheres trabalhadoras brasileiras!



**MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS,
TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

ANEXO B

Presidente falou em comemoração do Dia do Trabalhador.

Trabalhadores e trabalhadoras, neste 1º de maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário. Não tenho dúvida, um país que consegue vencer a luta do emprego e do salário nos dias difíceis que a economia internacional atravessa, esse país é capaz de vencer muitos outros desafios.

É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta pelas reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama: nas reformas para aperfeiçoar a política, para combater a corrupção, para aumentar a transparência, para fortalecer a economia e para melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Nosso governo tem o signo da mudança e, junto com vocês, vamos continuar fazendo todas as mudanças que forem necessárias para melhorar a vida dos brasileiros, especialmente dos mais pobres e da classe média.

Continuar com as mudanças significa também continuar lutando contra todo tipo de dificuldades e incompreensões, porque mudar não é fácil, e um governo de mudança encontra todo tipo de adversários, que querem manter seus privilégios e as injustiças do passado, mas nós não nos intimidamos.

Se hoje encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes amanhã, porque para mim as dificuldades são fonte de energia e não de desânimo. Se nem tudo ocorre no tempo previsto e desejado, isso é motivo para acumular mais forças, para seguir adiante e, em seguida, mudar mais rápido. É assim que se vence as dificuldades, é assim que se vai em frente.

Minhas amigas e meus amigos, acabo de assinar uma medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda, como estamos fazendo nos últimos anos, para favorecer aqueles que vivem da renda do seu trabalho. Isso vai significar um importante ganho salarial indireto e mais dinheiro no bolso do trabalhador.

Assinei também um decreto que atualiza em 10% os valores do Bolsa Família recebidos por 36 milhões de brasileiros beneficiários do programa Brasil sem Miséria, assegurando que todos continuem acima da linha da extrema pobreza definida pela ONU.

Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário-mínimo, que tantos benefícios vêm trazendo para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A valorização do salário-mínimo tem sido um instrumento efetivo para a diminuição da desigualdade e para o resgate da grande dívida social que ainda temos com os nossos trabalhadores mais pobres.

Algumas pessoas reclamam que o nosso salário-mínimo tem crescido mais do que devia. Para eles, um salário-mínimo melhor não significa mais bem-estar para o trabalhador e sua família, dizem que a valorização do salário-mínimo é um erro do governo e, por isso, defendem a adoção de medidas duras, sempre contra os trabalhadores.

Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador. Nosso governo será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho.

Trabalhadoras e trabalhadores, Meu governo também será sempre o governo do crescimento com estabilidade, do controle rigoroso da inflação e da administração correta das contas públicas. Nos últimos anos, o Brasil provou que é possível e necessário manter a estabilidade e, ao mesmo tempo, garantir o salário e o emprego.

Em alguns períodos do ano, sei que têm ocorrido aumentos localizados de preço, em especial dos alimentos. E esses aumentos causam incômodo às famílias, mas são temporários e, na maioria das vezes, motivados por fatores climáticos. Posso garantir a vocês que a inflação continuará rigorosamente sob controle, mas não podemos aceitar o uso político da inflação por aqueles que defendem "o quanto pior, melhor".

Temos credibilidade política para dizer isso. Nos últimos 11 anos, tivemos o mais longo período de inflação baixa da história brasileira. Também o período histórico em que mais cresceu o emprego e em que o salário mais se valorizou. Nesse período, o salário do trabalhador cresceu 70% acima da inflação, geramos mais de 20 milhões de novos empregos com carteira assinada, sendo que 4,8 milhões no atual governo. Nesse mesmo período também conseguimos a maior distribuição de renda da história do Brasil.

Trabalhadoras e trabalhadores, é com seriedade e firmeza que quero voltar a falar das reformas que iniciamos e vamos continuar lutando para ampliá-las em favor do Brasil.

Quero garantir a você, trabalhadora, e a você, trabalhador, que nossa luta pelas mudanças continua, nada vai nos imobilizar. A tarifa de luz, por exemplo, teve a maior redução da história. A seca baixou o nível dos reservatórios e tivemos de acionar as termoelétricas, o que aumentou muito as despesas. Imaginem se nós não tivéssemos baixado as tarifas de energia em 2013. Os investimentos que fizemos em geração e transmissão de energia permitem hoje ao Brasil superar as dificuldades momentâneas, mantendo a política de tarifas baixas.

Neste 1º de Maio, Dia do Trabalhador, dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho, quero reafirmar o compromisso do meu governo no combate incessante e implacável à corrupção. Novos casos têm sido revelados por meio do trabalho da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, órgãos do governo federal.

Sei que a exposição desses fatos causa indignação e revolta a todos, seja a sociedade, seja o governo, mas isso não vai nos inibir de apurar mais, denunciar mais e mostrar tudo à sociedade, e lutar para que todos os culpados sejam punidos com rigor. O que envergonha um país não é apurar, investigar e mostrar. O que pode envergonhar um país é não combater a corrupção, é varrer tudo para baixo do tapete. O Brasil já passou por isso no passado e os brasileiros não aceitam mais a hipocrisia, a covardia ou a conivência.

É com essa franqueza que quero falar da Petrobras. A Petrobras é a maior e mais bem-sucedida empresa brasileira. É um símbolo de luta e afirmação do nosso país. É um dos mais importantes patrimônios do nosso povo. Por isso a Petrobras jamais vai se confundir com atos de corrupção ou ação indevida de qualquer pessoa. O que tiver de ser apurado deve e vai ser apurado com o máximo rigor, mas não podemos permitir, como brasileiros que amam e defendem seu país, que se utilize de problemas, mesmo que graves, para tentar destruir a imagem da nossa maior empresa. Repito aqui o que disse há poucos dias em Pernambuco: não transigirei, de nenhuma maneira, em combater qualquer tipo de malfeito ou atos de corrupção, sejam eles cometidos por quem quer que seja. Mas igualmente não vou ouvir calada a campanha negativa dos que, para tirar proveito político, não hesitam em ferir a imagem dessa empresa que o trabalhador brasileiro construiu com tanta luta, suor e lágrimas.

Trabalhadores e trabalhadoras, vocês lembram dos pactos que nós firmamos, após as manifestações de junho. Eles já produziram muitos resultados. Precisamos ampliá-los muito mais. O pacto pela educação, por exemplo, gerou a lei que permitirá que a maior parte dos royalties e dos recursos do pré-sal seja aplicada na educação. Isso vai melhorar o salário dos professores e revolucionar a qualidade do nosso ensino.

O pacto pela saúde viabilizou o Mais Médicos, e em apenas seis meses já colocamos mais de 14 mil médicos em 3.866 municípios. E o que é mais importante: esses números significam a cobertura de atenção médica para 49 milhões de brasileiros.

O pacto pela mobilidade urbana está investindo R\$ 143 bilhões, o que permite a implantação de metrô, veículos leves sobre trilhos, monotrilhos, BRTs, corredores de ônibus e trens urbanos. Com isso, estamos melhorando o sistema viário e o transporte coletivo público nas cidades brasileiras.



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Além de acelerar as ações desses pactos é preciso agora, sobretudo, tornar realidade o pacto da reforma política. Sem uma reforma política profunda, que modifique as práticas políticas no nosso país, não teremos condições de construir a sociedade do futuro que todos almejamos. Estou fazendo e farei tudo que estiver ao meu alcance para tornar isso uma realidade.

Foi assim que encaminhei ao Congresso Nacional uma proposta de consulta popular para que o povo brasileiro possa debater e participar ativamente da reforma política. Sempre estive convencida que sem a participação popular não teremos a reforma política que o Brasil exige. Por isso, além da ajuda do Congresso e do Judiciário, preciso do apoio de cada um de vocês, trabalhador e trabalhadora. Temos o principal: coragem e vontade política. E temos um lado: o lado do povo. E quem está ao lado do povo pode até perder algumas batalhas, mas sabe que no final colherá a vitória.

Viva o 1º de Maio! Viva a trabalhadora e o trabalhador brasileiros! Viva o Brasil”

ANEXO C

Discurso na cerimônia de comemoração da marca de 50 milhões de brasileiros atendidos pelo “Programa Saúde da Família”

Palácio do Planalto, Brasília, 05 de Junho de 2002.

Senhor Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves; Senhor Ministro da Saúde, Barjas Negri; Senhores Ministros e Senhoras Ministras de Estado aqui presentes; Senhores Secretários de Estados; Senhores Parlamentares, tão numerosos; Senhores Prefeitos; Senhores Agentes Comunitários de Saúde; Senhoras Agentes; Senhoras e Senhores,

O Ministro Barjas Negri me poupou, e poupou a vocês também, de eu ter que ler um texto a respeito desse programa, porque nada mais objetivo, direto, claro do que, depois de termos visto a exibição de um vídeo, escutarmos as palavras do Ministro Barjas Negri, que dispensam repetição e adjetivação.

Esse programa, realmente, nos enche de satisfação, e até diria de orgulho. Acredito que muitos dos que aqui presentes tenham o mesmo sentimento.

Para começar, cito o Doutor Adib Jatene, que, na verdade, foi quem mais me chamou a atenção para a importância desse programa, como também foi quem conseguiu que o nosso Congresso Nacional aprovasse a CPMF – e vai aprovar de novo, agora, espero, amanhã - , que possibilitou boa parte dos êxitos que estão sendo comemorados hoje, aqui.

Esse programa vem do tempo do Doutor Alcení Guerra, que era, então, Ministro da Saúde, foi continuado pelo Doutor Jatene, que, quando Ministro, chamou a minha atenção, muito fortemente, quando ainda era Ministro do Presidente Collor; e, depois, quando assumi o Ministério da Fazenda, continuou a me chamar muito a atenção para isso. Depois, quando o convidei para ser Ministro da Saúde, uma vez mais ele foi um grande incentivador desse programa. Devo dizer, também, que o Ministro César Albuquerque tem participação nisso. Foi ele quem ajudou a implementação do PAB, do Programa de Assistência Básica dos Municípios. E o Ministro José Serra, com esse dinamismo, essa eficiência, aumentou, expandiu, utilizou os recursos e motivou o Ministério para que nós chegássemos a esse ponto.

Citei apenas os Ministros, mas, certamente, seria profundamente injusto se eu não dissesse que, pelo menos na fase em que o Ministro Serra foi para o Ministério, o Doutor Barjas Negri estava lá, articulando, pacientemente, pachorrentamente, as relações do Ministério com o Congresso e permitindo que houvesse maior eficiência no funcionamento da máquina.

Não se faria nada disso, se não fosse um corpo de funcionários, de médicos, de profissionais da saúde, aqueles que estão em Brasília, os que estão nos estados; e, sobretudo, se não houvesse a motivação para os médicos e para os agentes de saúde, e para os enfermeiros, os auxiliares que estão em campo trabalhando.

Eu assisti, diretamente, ao funcionamento desse programa. O Doutor Jatene há de se lembrar que nós estivemos em Natal, estivemos em Touros, lá no Rio Grande do Norte. Estive em Iracema, no Ceará, entrei em mais de uma casa, gente muito humilde que era atendida por agentes de saúde. Estive em Monteiro.

Enfim, procurei acompanhar – o quanto o Presidente da Republica pode sair de Brasília e se movimentar com essa enorme quantidade de pessoas que vão junto – o quanto pude, para ver de perto e para mostrar o entusiasmo que esse programa desperta em todos nós. Ainda recentemente estivemos numa grande reunião em Pernambuco, onde se estava comemorando um passo importante nesse programa.

Os resultados estão aí: 50 milhões de pessoas atendidas, uma grande mobilização da sociedade, uma grande mobilização daqueles que trabalham diretamente. A sensibilidade que foi expressa, aqui tão brilhantemente, pela “Dona”, como disse o paciente, que disse uma coisa muito importante a ela: “É preciso aprender a ser paciente no duplo sentido: a ter paciência e, também, saber o que é ser paciente, esperar tanto tempo, mas conseguir”.

Acho que essa movimentação toda, esse esforço todo tem não apenas origem, história, através da ação de pessoas, como as que aqui mencionei, mas tem também a ver com a evolução da sociedade brasileira.

Ainda me recordo de que aqui muitos de nós fomos constituintes, alguns que estão sentados nessa bancada, outros estão isolados, porque são muito importantes...Outros também estão isolados aqui, mas nós todos vivemos sempre juntos e continuamos juntos. E, quando constituintes, nós discutimos extensamente a questão da saúde.

O SUS era o ideal. E havia o chamado “partido sanitário”, o “partido dos médicos”, aquela coisa toda; e, naturalmente, o partido dos que tem que olhar pelo dinheiro, que, normalmente, não tem tanta facilidade em aceitar as suas propostas. Esses partidos se debatiam na Constituinte. E fizemos o SUS. Só que ele não tinha sido implantado. O que estamos fazendo é implantar o Sistema Único de Saúde. Essa é a grande modificação.

Para que isso ocorresse, foi preciso que houvesse, primeiro, democratização. Se não houvesse a Constituinte, se não houvesse a capacidade de a sociedade conversar com os parlamentares e discutir, de haver briga na Previdência, na Saúde, com os fundamentos econômicos e tudo o mais, dificilmente teria sido possível mobilizar no grau em que mobilizamos no Brasil – mobilizando sem resquício de demagogia, sem que utilizassem esses processos para beneficiar politicamente a quem quer que fosse, nem ao Presidente, nem a ninguém. Se não fosse essa democratização da sociedade, essa consciência que existe hoje da necessidade de estarmos juntos para resolver problemas fundamentais do País, não teria havido, na saúde, esse êxito que nós, hoje, podemos comemorar como concretos.

Isso começou lá atrás, com a democratização, com a Constituinte, com aqueles debates que, muitas vezes, pareciam infundáveis e talvez até sem sentido, mas que foram de muito sentido. Foi possível transformar tudo isso, progressivamente, em ação coordenada, em ação organizada e foi possível, portanto, avançar de maneira consequente, não apenas fazendo discurso, mas transformando o cotidiano dos brasileiros e das brasileiras.

É isso que se está fazendo. É isso que se está fazendo com muito empenho. E, se a democracia foi fundamental para que isso acontecesse, foi fundamental também que nós tivéssemos a mínima capacidade de racionalizar os gastos e de descentralizar a administração - que vem junto com a democracia – e fazer com que, efetivamente, as prefeituras participassem ativamente do processo de transformação social, que os governadores participassem dele. Mas participar, assim como os Ministros, assim como o Presidente, não quer dizer nem impor nem cobrar vantagens políticas pelo que se está fazendo. Quer dizer uma coisa muito diferente. Quer dizer motivar, quer dizer prestar contas, quer dizer, efetivamente, ter transparência na gestão pública.

Isso tem a ver com a democracia, mas tem a ver também com a estabilidade econômica. Muitas vezes, as pessoas se esquecem de que, na luta tenaz que é preciso manter para o chamado equilíbrio fiscal, que, as vezes, frustra os desejos que todos temos de ir mais depressa no atendimento social, se não houver essa preocupação, não vai haver atendimento social.

Alguns de nós, aqui fomos Ministros de outra época e nos recordamos do que eram as greves na saúde, Ministro Jatene. Fui Ministro da Fazenda no momento em que era difícil ter ideia do que iria acontecer no mês seguinte. Com uma inflação disparada, todo mundo quer mais, todo mundo pensa que recebe, ninguém ganha nada e a confusão se estabelece e, junto com ela, a



MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS, BRASILEIROS E BRASILEIRAS, TRABALHADORES E TRABALHADORAS

corrupção, que passa a medrar em todos os setores da vida da sociedade. Se não houvesse o esforço, portanto, de coordenação do gasto e de combate ao déficit e de responsabilidade fiscal, não teríamos a possibilidade de ter estabilidade da moeda, que é necessária para que possamos ter cálculo, previsão, controle, efetivo controle demográfico sobre o gasto público. Isso vem junto. E, quando vem junto, tem efeito sobre os vários setores da sociedade.

Nós, hoje aqui, estamos felizes porque chegamos a 50 milhões. Preocupados, porque falta mais: 40% nas cidades, 60%. Estamos ainda longe de chegar aos 100% desejáveis, mas estamos sentindo que estamos sentindo que estamos avançando. Mas, ao mesmo tempo em que se pode dizer isso sobre a saúde, dir-se-á a mesma coisa sobre a educação, em que também foi feito um esforço semelhante. Doutor Barjas tem papel nisso também, porque lá foi um dos autores do planejamento constitucional que permitiu a formação de um fundo específico para dar impulso grande à educação de base e fazer com que as prefeituras tivessem mais recursos e fosse possível também um atendimento mais direto às nossas crianças. Nesse campo a, já estamos nos aproximando da universalização do ensino fundamental.

Eu digo sempre, repito e direi, de novo agora, porque isso tem muito a ver com a minha geração, com a nossa geração, Doutor Jatene, com o nosso compromisso como professores – e, aí, incluo todos os demais presentes que o são. “Nasci num Brasil, como o Doutor Jatene, em que o analfabetismo era como a saúva, e se dizia sempre:” Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil”. Não sei se acabamos com a saúva, mas a saúva não acabou com o Brasil. E sei, com certeza, que estamos acabando com o analfabetismo. Podemos dizer que estamos nos aproximando da universalização do ensino fundamental e que, portanto, o que vai sobrar é o resíduo daqueles que não tiveram oportunidade, no seu momento, de aprender a ler e escrever, porque as crianças, quase todas – e espero que, em breve, todas – estão aprendendo a ler e escrever. É uma questão de pouco tempo.

Essa nódoa do analfabetismo, que é tão pesada quanto foi, no passado, a nódoa da escravidão, está sendo abolida pelo esforço concentrado de toda a sociedade, através desse grande mutirão social que estamos introduzindo no Brasil.

Eu disse, no Rio de Janeiro, recentemente – quando lá fui lançar o “Cartão da Cidadania”, o cartão que junta todos esses programas no que chamamos de Rede de Proteção Social – que, com frequência, agora que se aproxima do fim do meu segundo mandato, vejo referência ao fato de que conseguimos, nesses anos, a estabilização da economia. Tudo bem. É verdade. Espero que continuemos, que se continue com essa estabilização pelos anos afora. Mas o que me deixa feliz não é isso só. Ou melhor, isso é condição, mas não é o que mais me deixa feliz. É que, pela primeira vez na história do Brasil, nós, efetivamente, temos programas que tocam nos mais pobres, nos mais humildes, naqueles que nunca foram olhados e cuja voz não ecoa. E, porque não ecoa, nem se sabe que eles estão tendo atendimento.

Mas, mesmo que não se saiba, ou que os sabidos não saibam, nós, aqui, que sabemos o que está acontecendo, sabemos também o significado disso. O Brasil começou, efetivamente, de maneira coordenada e persistente, a olhar pelos que estavam excluídos.

Quando se dá saúde nessa proporção, ou quando se dá ensino na proporção em que se está dando, ou quando se oferece terra como nós estamos oferecendo – mais de 20 milhões de hectares de terra – aos que não têm terra, nós estamos, efetivamente, fazendo o maior programa de inclusão social que já houve na história do Brasil.

Ai, estou me referindo a fatos, não estou me referindo a discursos. Ouvi calado, durante 7 anos e meio, que o Governo se interessava pelo mercado, e não pelos seres humanos. Terminei meu mandato com a convicção de que, se o mercado não atrapalhou tanto, foi porque nós o seguramos com medidas energéticas e conseguimos manter a estabilidade. E terminei consciente, também, de que tudo isso foi feito porque nós queríamos olhar para os seres humanos.

Hoje, são milhões de seres humanos atendidos por esses programas que foram sendo gerados e gestados nos gabinetes, no Parlamento, mas que, hoje, são vida, são modos de relacionamento entre os governos e o povo brasileiro.

E digo, “os governos” sem restrição. Nunca olhamos para o partido do governante, sempre olhamos para o desempenho do governante. E, se o governante desempenha a favor do povo, não faltou, nunca, a tentativa, pelo menos, de recurso, e, certamente, o apoio do Governo Federal. Porque não se trata de uma tarefa à qual possamos nos dedicar com um pensamento

menor, com um objetivo menor: trata-se de uma tarefa à qual nós temos que nos dedicar como um compromisso biográfico, de cada um de nós, de vida, porque nós acreditamos que, efetivamente, chegou a hora de o Brasil ter mais justiça social.

Em algum momento, eu disse que o Brasil não era mais um país pobre, era um país injusto. Pois bem, eu mantenho o que disse. O Brasil já não é um país tão pobre, quando se compara com outros países, quando se vêem os IDHs e vão ver que esta melhorando o nosso IDH. Quando se for fazer a comparação, ver-se-à que o Brasil está na posição de mediano para cima. Mas a injustiça da exclusão, da falta de atendimento foi muito grande, e ainda é grande. Porém, hoje tenho certeza de que ela começa a ser menor. E começa a ser menor não por acaso. Começa a ser menor porque o Governo se dedicou, esses anos todos, a direcionar os seus gastos de tal maneira que atendessem àqueles que realmente necessitam.

Leva tempo. Não se muda uma sociedade num período breve, em um mandato, dois mandatos, três, quatro ou cinco. Não. São gerações. Mas estamos recuperando o tempo perdido. E, se houve gerações que dormiram, a nossa está acordada. E, se os mandatos se esgotam, não tem importância, porque a sociedade, hoje, tem um grau de consciência tal que ela exigirá de todos os governantes uma atitude de respeito aos direitos de cidadania.

É por isso, porque há respeito aos direitos de cidadania e porque há capacidade de reivindicação da cidadania que não tenho dúvida de que é uma questão de algum tempo, mas não de muito tempo, para que possamos, outra vez, ao olhar do nosso país, em vez de termos que fazer a constatação triste que fiz, e todos nós fazemos, de que o país não é tão pobre assim, mas é injusto, nós possamos talvez dizer: "É, ainda não somos um país afluente, mas já somos uma sociedade mais justa, uma sociedade que atende às necessidades fundamentais de saúde, de alimentação, de direito de escola, de terra, de imensa maioria dos brasileiros.

Isso está ao alcance de nossas mãos. E tenho a satisfação de dizer, hoje, que quando nasci não era assim; e que há muito pouco tempo, também não era assim, porque havia, ainda, perplexidade, uma incapacidade de ver mais claro, no horizonte, que mesmo as pessoas bem intencionadas se perdiam no caminho.

Hoje, o caminho já está sendo visualizado por muita gente, e só vai se perder aquele que quiser. E quem se perder ficará para trás. Mas o Brasil não. O Brasil vai alcançar. E esse povo vai ser cada vez melhor atendido e vai ser mais capaz de exigir o seu direito.

Muito obrigado.